



LILIANA MARCELINO MILITANI

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
Quais são as estratégias pedagógicas dos professores de educação física?**

**Lavras / Minas Gerais
2023**



LILIANA MARCELINO MILITANI

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
Quais são as estratégias pedagógicas dos professores de educação física?**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Educação Física – Licenciatura, da Universidade Federal de Lavras / Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Educação Física.

Orientador: Prof. Rubens Antonio Gurgel Vieira.

Lavras / Minas Gerais

LILIANA MARCELINO MILITANI

**INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
Quais são as estratégias pedagógicas dos professores de educação física?**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação em Educação Física –
Licenciatura, da Universidade Federal de
Lavras / Minas Gerais, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Licenciada em Educação Física.

APROVADA em

Prof. Rubens Antonio Gurgel Vieira.

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Dedico este TCC a minha mãe Luzia, ao meu pai Vitor Lucio, pois sem o apoio deles esta caminhada ate aqui não seria possível; agradeço meu irmão que sempre me incentivaram a não desistir do meu sonho em ser professora de Educação Física; e agradeço principalmente meu a força que sempre busco em Deus diante a novos sonhos e desde o início sempre busquei e agradei por cada etapa vencida e esta será uma dessas, o caminho até aqui não foi fácil com muitas perdas importantes em minha vida, como meus avós no qual o sonho era verem sua neta concluindo uma graduação em uma faculdade federal e infelizmente isto não foi possível, mas dedico esta etapa a eles pois sei que ficariam muito felizes por mim.

RESUMO

A temática da educação inclusiva, que é uma educação de qualidade que respeite a diversidade dos alunos na área da educação física, apesar dos incentivos de professores, o que se percebe é um conhecimento limitado por volta das estratégias possíveis para incluir alunos com deficiência nas aulas. Com base nisto, tem o objetivo de investigar quais são as estratégias pedagógicas usadas pelos professores para a inclusão dos alunos. Este TCC trata sobre a visão dos professores de educação física. Muitos professores fazem uso das adaptações metodológicas nas suas aulas, através de adaptações nas regras, instruções e espaço físico. Além disso, as estratégias mais usadas são o ensino colaborativo; atividades abertas, modificadas e esporte adaptado; e também a compreensão dos limites do aluno com deficiência e participação deste na escolha das estratégias para a sua participação nas aulas. Além disto é possível observar que a maioria das estratégias são utilizadas de forma intuitiva, sendo escolhas baseadas na maior parte das vezes em vivências. Desta forma, sugere-se o aumento da atenção à formação inicial dos professores de educação física, fornecendo uma gama maior de conhecimentos sobre educação física inclusiva e as estratégias possíveis para inclusão dos estudantes com deficiência, assim como formações complementares sobre essa temática aos professores.

Palavras-chave: Educação física inclusiva; estratégias pedagógicas.

ABSTRACT

The theme of inclusive education, which is a quality education that respects the diversity of students in the area of physical education, despite the incentives of teachers, what is perceived is a limited knowledge around the possible strategies to include students with disabilities in classes. Based on this, you have the objective of investigating what are the pedagogical strategies used by teachers for the inclusion of students.

This TCC is about the vision of physical education teachers. Many teachers make use of methodological adaptations in their classes, through adaptations in the rules, instructions and physical space. In addition, the most used strategies are collaborative teaching; open, modified activities and adapted sport; and also understanding the limitations of students with disabilities and their participation in choosing strategies for their participation in classes. In addition, it is possible to observe that most strategies are used intuitively, with choices based most of the time on experiences. In this way, it is suggested to increase attention to the initial training of physical education teachers, providing a greater range of knowledge about inclusive physical education and possible strategies for the inclusion of students with disabilities, as well as complementary training on this subject for teachers.

Keywords: Inclusive physical education; pedagogical strategies.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1.1.1 Objetivo Geral.....	2
1.1.2 Objetivos Específicos.....	2
1.1.3 Justificativa.....	3
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	4
2.1 Educação inclusiva no Brasil.....	4
2.2. Facilidade e as dificuldades para a atuação profissional frente a educação física inclusiva escolar.....	5
2.3 Estratégias pedagógicas e metodológicas na Educação Física inclusiva.....	8
3. METODOLOGIA.....	11
3.1 Caracterização de estudo.....	11
3.2 Aspectos éticos.....	11
3.3 Participantes do estudo.....	11
3.4 Análise de dados.....	12
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	13
4.1 Conhecendo os participantes.....	13
4.2. Adaptações metodológicas para a participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física escolar.....	13
4.2.1. Adaptações na Instrução.....	14
4.2.2 Adaptações no Espaço Físico.....	15
4.2.3 Adaptações nas Regras.....	17
4.2.1 Adaptações nos materiais.....	18
4.3 Estratégias pedagógicas para a participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física escolar.....	19
4.3.1 Compreensão dos limites do aluno com deficiência para a participação nas aulas de Educação Física Escolar.....	19
4.3.2 Atividades abertas ou separadas? Um olhar sobre as escolhas inclusivas.....	21
4.3.4 Ensino Colaborativo.....	23
4.4. Mapas conceituais.....	25
CONCLUSÃO.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

INTRODUÇÃO

Um sistema educativo de qualidade deve garantir a aprendizagem de todos os alunos, independente da sua condição física ou intelectual, de sua condição socioeconômica ou da sua origem. Quando falamos de educação inclusiva, não se trata apenas de abrir as portas para os alunos, mas também para que todos tenham acesso a tudo que lhes é direito: uma educação humanizada, baseada no desenvolvimento de valores e competências que os permitam exercer seus direitos como cidadãos. É entender a educação como um direito e não um privilégio (REPÚBLICA PORTUGUESA, 2018).

A Educação Inclusiva vem ganhando força e espaço a partir dos anos 1990 com o entendimento da necessidade de uma reestruturação dos sistemas de ensino e aprendizagem para que as pessoas com deficiência tenham suas demandas atendidas e equidade nas oportunidades educacionais (MUNSTER; ALVES, 2018; ALVES; FIORINI, 2018). Silva Neto *et al.* (2018) destacam que, apesar de termos na escola um ambiente diversificado, quando se trata da inclusão dos alunos com deficiência o que se observa ainda é uma prática excludente e o velho pensamento de que esses alunos são incapazes de conviver, estudar e aprender com e como os demais. Dados do censo brasileiro de 2017 indicam um aumento no número de alunos com deficiências matriculados em classes regulares (BRASIL; 2017), o que torna a reestruturação social no sentido da inclusão ainda mais urgente. Compreendendo que a Educação Física é um componente curricular obrigatório, esta não pode ficar indiferente a esse processo, porém o que se percebe é insegurança e apreensão frente à inclusão de alunos com deficiência nas aulas, já que tanto os professores quanto a comunidade escolar encontram desafios como falta de conhecimento e qualificação profissional, além das dificuldades estruturais da escola (CASTRO; TELLES, 2020).

Quando falamos de Educação Física inclusiva, estamos falando de uma educação física que abandonou sua origem puramente técnica e abraçou sua função pedagógica, ampliando o universo de práticas corporais, valorizando e reconhecendo as diferenças e compreendendo o quanto isso enriquece as relações humanas (FONSECA, 2021). Para que a inclusão se efetive não basta apenas o aluno com deficiência estar dentro das escolas regulares, é preciso que ele encontre no ambiente escolar profissionais e recursos pedagógicos qualificados e capazes de fazer com que esse aluno permaneça e se desenvolva adequadamente (SILVA NETO *et al.*;

2018). No mesmo sentido, Munster (2013) destaca a importância da escolha de estratégias pedagógicas assertivas tanto por documentos legais como por conhecimento científico, de forma que a educação inclusiva seja um processo real é assegurado aos alunos com deficiência, garantindo a qualidade do ensino. Diante do exposto, esse estudo parte da necessidade de transformar a escola em um ambiente preparado para a inclusão de alunos com deficiência e da compreensão de que o professor de Educação Física pode ser um agente transformador nesse processo. Dessa forma, buscamos colaborar com a produção de conhecimento científico acerca das ações a serem realizadas na área da Educação Física inclusiva, com base na seguinte questão norteadora: quais são as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores de Educação Física para inclusão dos alunos com deficiência nas aulas das escolas de Nepomuceno – MG.

1. OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

- Analisar quais são as estratégias pedagógicas e metodológicas utilizadas pelos professores de Educação Física para inclusão dos alunos com deficiência nas aulas das escolas de Nepomuceno – MG.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar quais são as adaptações metodológicas referentes à instrução; espaço físico; regras e materiais, utilizadas pelos professores de Educação Física para inclusão dos alunos com deficiência nas aulas;
- Identificar e relatar quais são as adaptações e estratégias pedagógicas que os professores de Educação Física de três escolas de Nepomuceno – MG utilizam para inclusão dos seu alunos com deficiência.

1.1.3 Justificativa

A temática da Educação Física inclusiva me despertou o interesse, pois ao perceber que um número pequeno de disciplinas era previsto na grade curricular para tratar e discutir sobre o ensino para alunos com deficiência. Apesar de o atendimento dos alunos com deficiência na rede regular de ensino estar previsto em lei desde 1988 (BRASIL, 1988), a discussão sobre a educação inclusiva ainda é insuficiente e exige maiores esclarecimentos. Ao iniciar meus estudos sobre as estratégias de ensino na perspectiva da educação física inclusiva, encontrei em diversos estudos relatos de professores de educação física com as mesmas dificuldades, uma formação acadêmica insuficiente, se sentindo despreparados e sem conhecimento o suficiente acerca do que é possível ou não modificar nos programas de ensino (MUNSTER, 2013; RODRIGUES; FERREIRA 2013; FONSECA 2021).

Munster (2013) observou que as dúvidas mais frequentes apresentadas pelos professores de Educação Física dizem respeito ao que deve ser modificado na tentativa de atender as necessidades de estudantes com e sem deficiências, quais conteúdos devem permanecer, quais conteúdos devem ser alterados e quais estratégias pedagógicas devem ser utilizadas. Com base nisto e visando a necessidade de se ampliar os conhecimentos dos professores sobre as adaptações e estratégias possíveis dentro da educação inclusiva, para que o processo de inclusão dos alunos não seja prejudicado, a pesquisa pode contribuir com a produção de conhecimento sobre o tema gerando impacto em todos os envolvidos nesse processo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Educação inclusiva no Brasil

Para compreendermos a educação inclusiva é preciso antes de tudo compreender que o acesso à educação é um direito previsto na Constituição Federal Brasileira art.205 que diz “A educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988) e complementa dizendo que as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ser atendidas preferencialmente na rede regular de ensino.

Entendendo que muitas são as condições que podem levar um aluno a necessitar de um atendimento educacional especializado, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional Art. 59, garante que os sistemas de ensino devem assegurar currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as demandas dos educandos com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 1996).

Porém, apesar de o direito à educação estar previsto na constituição, Kassar e Rebello (2019) relatam que ainda no início dos anos 2000 muitas pessoas com necessidades educacionais especiais não estavam sendo escolarizadas, já que estas ainda eram atendidas em sua grande maioria em instituições privado-assistenciais especializadas em educação especial que não garantem uma escolarização adequada além de possuírem caráter racial.

Ao longo dos anos 2000 o número de alunos com deficiência matriculados em classes regulares foi aumentando, ao passo em que o número de matriculados em classes especiais diminuía e no ano de 2008, pela primeira vez, foi observado um número maior de alunos com deficiência matriculados em classes regulares quando comparado com classes especiais. Neste mesmo ano, foi lançada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar dos alunos com deficiência, da educação infantil ao ensino superior (BRASIL, 2008).

Compreendendo a necessidade de atender as demandas das pessoas com deficiência, foi criado em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), com o objetivo de “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando sua inclusão social e cidadania”. Na área da educação esta lei assegura às pessoas com deficiência o direito a um sistema educacional inclusivo, do seu

acesso a sua formação e estabelece medidas que visam o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência, como o fornecimento de um profissional de apoio sem que a escola cobrar valores adicionais por isso. Atualmente, o número de estudantes com algum tipo de deficiência matriculados na rede regular de ensino cresce ano após ano.

No que diz respeito à Educação Física, desde os anos 90 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96, esta passou a ser um componente curricular 14 na Educação Básica (que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino médio) através do parágrafo 3 do artigo 26 que estabelece que “a educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar” (BRASIL, 1996), sendo alterada em 2001, através da inserção da expressão “obrigatório” ao “componente curricular”.

A Proposta Curricular das escolas de Nepomuceno – MG, ancorada - se na Base Nacional Curricular Comum (Brasil, 2015 b), prevê que:

A Educação Física, na condição de Componente Curricular, vai se ocupar de sistematizar e reelaborar criticamente aquilo que vem sendo, na história da humanidade, um campo de expressões culturais [...] a cultura corporal de movimento e que se expressa, por exemplo, nas brincadeiras, jogos, danças, lutas, esportes, ginásticas práticas corporais de aventura urbana e na natureza e práticas corporais introspectivas.

Assim o acesso à educação e as aulas de Educação Física sejam um direito garantido aos alunos com deficiência, Munster (2013) salienta que a educação inclusiva ainda está longe de ser uma realidade no Brasil e que muitos destes estudantes tem sua participação as aulas de Educação Física limitada por fatores que será mais detalhado neste TCC.

2.2. Facilidade e as dificuldades para a atuação profissional frente a educação física inclusiva escolar

Ao passo em que a educação de forma geral vem passando por uma transformação para se tornar mais inclusiva, o mesmo processo vem acontecendo na área da Educação Física, que visa passar de uma prática excludente para uma prática inclusiva (CARVALHO *et al*, 2017), porém ainda é um processo em construção que pode ser influenciado por elementos apresentados neste TCC como facilitadores, sendo estes todos os fatores que podem contribuir

com o processo de inclusão escolar, ou barreiras, todos os fatores que tornam a educação inclusiva mais desafiadora.

Hutzer e outros autores (2019), em uma revisão sistemática sobre a Educação Física inclusiva no cenário internacional, elencaram alguns pontos que influenciam na inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física: a formação acadêmica do professor; a experiência do professor com alunos com deficiência; fatores individuais como gênero e idade do professor; o ambiente escolar e também o grau de deficiência dos alunos.

No Brasil, Greguol, Malagodi e Carraro (2018) relatam que, apesar de estarem cientes dos benefícios sociais de uma educação inclusiva, muitos professores ainda não se sentem totalmente capacitados para essas aulas. Um dos motivos para essa sensação de incapacidade pode se dar devido à inserção ainda recente de disciplinas que abordem a educação inclusiva no currículo do curso de Educação Física, ao número limitado dessas disciplinas, conteúdo insuficiente e sem vivência prática com alunos com deficiência (CASTRO; TELLES, 2020; PIROLO; VITALIANO; GOMES, 2021; RAMOS et al, 2013; RODRIGUES; FERREIRA, 2013).

Ao encontro com esses dados, Fiorini (2014) relata que por parte dos professores ainda existem dificuldades em desenvolver um planejamento dos conteúdos curriculares e elaborar estratégias pedagógicas inclusivas, e por sentirem essa dificuldade, acabam não elaborando um plano de aula que inclua todos os alunos. Ainda sobre as estratégias pedagógicas, o autor observou também que ao executar o planejamento das aulas, os professores também encontram obstáculos e percebem que as estratégias tradicionais são ineficientes e por vezes precisam improvisar devido a um planejamento falho. Um profissional que pode atuar como um facilitador, dando suporte ao professor de é o professor de Atendimento Educacional Especializado, definido da seguinte maneira:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

Este profissional, devido a sua formação específica e a conhecer as especificidades dos alunos com deficiência, pode ser um aliado do professor de Educação Física, auxiliando o

mesmo no desenvolvimento de estratégias e atividades que favoreçam a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas. Outro ponto desafiador para a inclusão efetiva de alunos com necessidades educacionais especiais nas aulas se dá devido ao olhar ainda pautado na incapacidade e limitação por parte tanto dos alunos sem deficiência, como de alguns professores, o que pode desmotivar a participação desses alunos nas aulas de Educação Física Escolar (CASTRO; TELLES, 2020).

Alves e colaboradores (2022) destacam que a cultura da Educação Física, que está fortemente associada às capacidades do corpo humano e a utilização dessas nos esportes é uma barreira que influencia na exclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física, já que para incluir esses alunos seria necessária uma mudança cultural. Os autores sugerem que para a inclusão dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física é necessário que a deficiência não seja vista como uma incapacidade, mas sim como diferença que deve ser ligada, já que enriquece as trocas entre os envolvidos no processo educacional, gerando cooperação e não competição.

Fiorini (2014) relembra que os alunos, com e sem deficiência, são elementos primordiais no processo de inclusão e podem apresentar atitudes que dificultem a inclusão. No que se refere aos alunos com deficiência: as faltas frequentes; o sentimento de inferioridade; o desinteresse pelas aulas e a dificuldade em entender e executar os conteúdos são as principais atitudes desafiadoras.

Alves *et al* (2018) evidencia que os alunos percebem a sua própria deficiência como uma barreira para a participação nas aulas de educação física, já que esses alunos se sentem inseguros e não aptos a participarem das aulas que envolvam jogos e esportes.

Rodrigues e Ferreira (2013) também percebem a autoexclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais como um ponto que dificulta a realização das aulas de maneira inclusiva, já que esses alunos por muitas vezes são resistentes em participar das aulas mesmo com a insistência do professor e só participam quando o conteúdo das aulas lhe interessa. Este fato pode ser um reflexo da experiência vivida por esses alunos em outros ambientes, como o familiar por exemplo, onde como forma de proteção contra o preconceito e por comodismo, as famílias acabam excluindo ou limitando as atividades desses indivíduos (RODRIGUES; FERREIRA, 2013; FIORINI; 2014).

Além dos obstáculos relativos às pessoas envolvidas no processo de inclusão, outra barreira levantada por professores de Educação Física em vários estudos é o ambiente escolar não adaptado para o aluno com deficiência, espaço insuficiente e a falta de materiais e recursos

específicos para esses alunos (CASTRO; TELLES, 2020; RODRIGUES; FERREIRA, 2013; FIORINI; 2014; CARVALHO et al, 2017).

Expostos todos esses desafios, compartilhamos do entendimento de Heredero (2010) de que a implementação de uma escola inclusiva requer mudanças desde a gestão escolar, formação dos professores, metodologias de ensino, entre outros. E é necessário estar disposto a efetuar essas mudanças necessárias para facilitar o processo de inclusão e construir uma educação para todos, onde a convivência com a diversidade seja rotina (RODRIGUES; FERREIRA, 2013).

2.3 Estratégias pedagógicas e metodológicas na Educação Física inclusiva

Sabendo sobre os obstáculos que permeiam a Educação Física inclusiva, podemos concordar com Seabra Junior (2006) quando esse evidencia que as escolhas de estratégias e recursos pedagógicos adequados e adaptados para atender as necessidades dos alunos com deficiência é um fator primordial para ultrapassar esses obstáculos.

Munster (2013) ressalta que algumas das dúvidas mais frequentes dos professores de Educação Física escolar se dão justamente nessa direção: o que deve ser modificado nas aulas? Quais conteúdos do currículo devem sofrer alteração? Quais estratégias de ensino e recursos pedagógicos podem e devem ser utilizados nas aulas? A supracitada autora define a resposta como simples, porém complexa, já que as adequações curriculares e adaptações metodológicas devem ser utilizadas “sempre que” e “apenas quando” necessário.

Com a necessidade de se estabelecer estratégias eficazes para a construção de uma educação inclusiva, Heredero (2010) sugere o uso de Adaptações Curriculares Individuais, que ele descreve como uma variante do currículo comum organizado e configurado para que o aluno com necessidades educacionais especiais possa compartilhar dos mesmos conteúdos que seus colegas de sala, buscando uma relação harmônica entre as necessidades desse aluno e a programação curricular. Dessa forma existe o respeito ao processo de aprendizagem de cada indivíduo e ao mesmo tempo se dá a oportunidade para que todos os alunos aprendam os mesmos conteúdos.

Heredero (2010) divide as adaptações curriculares em dois tipos:

- De pequeno porte: modificações na metodologia e recursos de ensino que atendem as diferenças individuais, porém não geram impacto na estrutura do currículo oficial, como objetivos e conteúdo. Devem ser realizadas pelo professor.

- De grande porte: modificações que envolvem os objetivos e conteúdos do currículo comum, assim como a forma de avaliação. Devem ser realizados pela equipe de professores somente após se esgotarem as possibilidades de adaptações de pequeno porte.

Apesar das possibilidades geradas pelas adaptações curriculares, Costa e Munster (2017) observaram que muitas vezes os professores utilizam adaptações curriculares de grande porte, como a exclusão de conteúdos ou a modificação dos objetivos curriculares, sem ao menos estudarem a possibilidade de realizarem adaptações de pequeno porte. Ou ainda, em alguns casos simplesmente não realizam adaptação alguma e permitem que o aluno com deficiência participe de forma passiva das aulas.

A prática pedagógica do professor, porém na área da Educação Física, Gatti e Munster (2012) alertam que não é encontrado nesse material orientações sobre as adaptações possíveis para atender as demandas do aluno com deficiência. Dessa forma, o que se percebe na prática é a falta de conhecimento ou ainda o uso indevido dessa estratégia.

Outro meio de se realizar uma educação inclusiva são as adaptações metodológicas, que podem ser definidas como as adequações nas estratégias de ensino e nos recursos pedagógicos a serem utilizados (MUNSTER, 2013). Fiorini e Manzini (2018) definem estratégia de ensino como “uma ação do professor, que possui uma intenção subjacente, direcionada ao aluno, com a finalidade de ensino, que é flexível e passível de alteração em função do comportamento do aluno nesse processo de interação durante o ensino”, enquanto recurso pedagógico pode ser definido como o estímulo concreto e manipulável com finalidade pedagógica (MANZINI; DELIBERATO, 2007).

Munster (2013) sugere a divisão das adaptações metodológicas em quatro tipos:

1. Adaptações quanto à instrução: adequações na orientação e instrução fornecida pelo professor de acordo com as demandas dos alunos.
2. Adaptações quanto ao espaço físico: adequações no ambiente das aulas para facilitar o acesso e participação de todos os alunos.
3. Adaptações quanto aos equipamentos e materiais: adequações nos equipamentos e materiais convencionais conforme as necessidades dos alunos com a finalidade de melhorar seu desempenho nas atividades propostas.
4. Adaptações quanto às regras: adequações nas regras originais dos jogos para que todos os alunos possam ser satisfatoriamente incluídos.

Munster (2013) ainda ressalta que encontrar o ponto certo para os ajustes serem feitos não é algo simples ou exato e que as adequações curriculares e metodológicas devem ser discutidas com todos os envolvidos no processo de inclusão.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização de estudo

Como acontece a educação física dos alunos com deficiência? Esta pesquisa trata-se de um recorte de um projeto mais amplo falando sobre a visão de professores de Educação Física de três escolas Estaduais da cidade de Nepomuceno - MG, que possui como objetivo compreender quais são as representações sociais acerca dos modelos de compreensão da deficiência a partir da visão dos professores de Educação Física dessas escolas. Se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo exploratório, que visa buscar os significados e intencionalidades inerentes aos atos e permite o entendimento de processos sociais ainda pouco discutidos, assim como a criação de novas abordagens e conceitos.

3.2 Aspectos éticos

Esta pesquisa foi realizada por mim Liliana M. Militani para a realização deste TCC. Todos os professores participantes entrevistados trabalham em escolas distintas na cidade de Nepomuceno - MG. A participação foi totalmente voluntária e os participantes foram informados que poderiam se retirar da pesquisa a qualquer momento.

3.3 Participantes do estudo

Os participantes deste estudo foram professores de Educação Física atuantes em todos os anos do ensino fundamental, com tempo de atuação na docência acima de cinco anos. Foram selecionados três professores para participarem da pesquisa, conseqüentemente três escolas Estaduais são elas: Escola Estadual Dr. Ernani Vilela Lima; Escola Estadual Coronel Joaquim Ribeiro; Escola Estadual Lucas de Lima. Abordando os assuntos de que os professores se referiam a sua prática pedagógica especialmente em relação às estratégias utilizadas para o ensino dos estudantes com deficiência em suas aulas.

3.4 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada através da técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011) busca descrever o conteúdo gerado durante o processo de comunicação e tem como função primordial o desvendar crítico. Os procedimentos sistemáticos que compõe essa técnica permitem o levantamento de indicadores relativos às entrevistas, assim como a descrição das mensagens e atitudes atreladas as respostas, revelando as relações que existem além das falas por si só (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

A análise respeitou as três etapas propostas por Bardin (2011):

- A primeira etapa foi realizada primeiramente a transcrição das entrevistas, posteriormente a organização do material e a leitura flutuante das entrevistas por completo, buscando por relatos que fizessem sentido para o estudo e principalmente que estivessem relacionados ao material explorado no referencial teórico.
- Na etapa de exploração do material a categorização dos dados ocorreu de forma dedutiva para estratégias metodológicas, sendo utilizado como referencial teórico Munster (2013). Os trechos de interesse organizados em duas grandes categorias: Adaptações metodológicas e Estratégias pedagógicas. Os trechos dentro da categoria de adaptações metodológicas foram organizados de acordo com quatro unidades de registro: instrução, regras, espaço físico e materiais, seguindo dessa forma a orientação da autora em relação às categorias de adaptação metodológica. Os trechos pertencentes à categoria de estratégias pedagógicas foram feitos de forma indutiva e as seguintes unidades de registro foram selecionadas de acordo com as repetições de temáticas: mesma aula para todos, aulas específicas e esporte adaptado, que posteriormente foram compreendidos como atividades abertas e atividades específicas e atividades de esporte adaptado; auxílio de outros professores, que posteriormente foi compreendido como ensino colaborativo; e liberdade/respeito que posteriormente se tornou compreensão dos limites do aluno com deficiência.
- Na etapa de tratamento dos dados obtidos e interpretação destes foi buscado na literatura existente pesquisas que se relacionassem com as categorias definidas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Conhecendo os participantes

Participaram deste estudo três professores, aqui nomeados como: P1, P2, P3, de forma a preservar suas identidades. Os participantes com idade entre 32 e 58 anos, sendo P3 o mais novo e P1 o mais velho. P1 relatou ser formada em Educação Física há quase 30 anos, iniciou sua carreira com atuação em academias de musculação, área que ela relatou ser mais familiarizada e ter trabalhado 20 meses após iniciar seu cargo na educação como professor efetivo em Nepomuceno - MG. P2 relatou possuir 22 anos de atuação na educação, sendo a maior parte em escolas parte em escolas do município. Atualmente é professor em duas instituições, uma de educação infantil e uma de ensino fundamental. P3 atua há 7 anos na educação, sendo a única dos professores contratada em caráter temporário.

Todos os professores relataram já trabalhar com estudantes com deficiência desde os seus primeiros anos na educação e possuírem alunos com deficiência em quase todas as suas turmas. Porém, apesar de familiarizados com os estudantes com deficiência, percebe-se na fala de todos os professores barreiras como a falta de formação específica sobre estratégias voltadas para a educação inclusiva.

4.2. Adaptações metodológicas para a participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física escolar

Para que seja possível que os estudantes com deficiência acessem os conteúdos é importante fazer escolhas metodológicas variadas e específicas, visando atender as demandas do aluno, já que algumas atividades só se tornam acessíveis frente a modificações (MUNSTER; 2013). Campos (2019) em seu modelo CRIE, assim como Munster (2013), sugerem que essas adaptações metodológicas sejam divididas em quatro categorias: instrução; espaço físico; regras e materiais. Com base nisso, adotamos a sugestão das autoras e utilizamos essas categorias para análise das adaptações metodológicas. Na fala dos professores foi possível observar adaptações dessas categorias, que serão discutidas.

4.2.1. Adaptações na Instrução

Compreendendo que os alunos possuem diferentes formas de aprender, por vezes torna-se necessário que o professor adapte à forma como aborda e orienta sobre os conteúdos e atividades a serem trabalhados (MUNSTER; 2013). Essas adaptações são entendidas aqui como adaptações na instrução. Dos três professores entrevistados, dois deles relataram fazer uso deste recurso ao trabalhar com alunos com deficiência em suas aulas, principalmente da orientação verbal, como fica claro na fala de P3: “- Então a estratégia sempre é ser claro no comando com eles e repetir muitas vezes o comando, para que eles entendam”. De acordo com Bezerra (2010), as instruções fornecidas pelo professor de Educação Física no início da sua aula e a forma como ele conduz essas instruções são fatores determinantes para o sucesso da aula. Fiorini e Manzini (2016) também vão de acordo com Bezerra ao observarem que quando os professores realizam adaptações na instrução fornecida aos alunos com deficiência aumentam as chances de sucesso na inclusão destes alunos nas aulas. Os autores também ressaltam que nem todos os alunos vão se beneficiar de uma instrução verbal e que isso também deve ser levado em consideração na hora de escolher como orientar os alunos sobre as atividades a serem realizadas.

Nesta direção, além da orientação verbal, outra adaptação na instrução que aparece na fala dos professores diz respeito à demonstração, que Munster (2013) define como a exemplificação do que se espera que o aluno desenvolva. No relato do P2 é possível observar um exemplo da utilização dessa adaptação com uma aluna com transtorno do espectro do autista: “- Às vezes tem a necessidade que eu faça a atividade para ela ver, visual. Às vezes *eu não coloco ela primeiro, para ela poder ver os outros colegas na frente, então eu vou adaptando de acordo com a necessidade.*” Assim como, P3 também relata que as adaptações na instrução são necessárias com os alunos com transtorno do espectro autista:

No caso dos autistas, muitas vezes há uma dificuldade maior, mesmo assim com muitas repetições, muitas falas direcionadas. Às vezes têm que chamar no canto, explicar separadamente, então minha estratégia é mais nessa exposição para eles, explicar um pouquinho mais, às vezes separado para este aluno.

A adaptação metodológica realizadas pelos P2 e P3 vão ao encontro com o observado por Schliemann, Alves e Duarte (2020) em seu estudo, que alunos com transtorno do espectro autista tendem a terem melhor desempenhos nas aulas de Educação Física quando o professor

consegue fornecer diferentes tipos de instruções, tanto verbais quanto visuais. Nabeiro e Silva (2019) sugerem que, devido às limitações na comunicação presentes no transtorno do espectro autista, uma das estratégias para garantir o sucesso no programa de Educação Física desses alunos é justamente a adequação na instrução, através de instrução verbal clara, objetiva, curta e repetida quantas vezes necessário. Além disso, imagens e demonstrações prévias das atividades também podem facilitar a participação dos alunos. Ferreira e Ranieri (2016) complementam que na percepção dos próprios professores de Educação Física as adaptações na instrução são as mais utilizadas não somente com os alunos com transtorno do espectro autista, mas com alunos com deficiências intelectuais em geral. Além destes, outros alunos que necessitam de uma atenção maior quanto à instrução fornecida são os alunos com deficiência auditiva, como evidência P1: “– *Eu tenho crianças com deficiência auditiva, dou a aula mais virada para elas.*”. Deste modo, ao analisar as respostas dos professores, parece que a adaptação na instrução é uma estratégia bastante utilizada. Especialmente quando se refere a alunos com transtorno do espectro autista, através de adaptações na instrução em relação à repetição da fala, à demonstração da atividade como estratégia visual e por vezes as instruções dadas em momentos e espaços separados, de forma a conseguir o foco do aluno na instrução.

Em relação aos estudantes com deficiência auditiva também foi destacada uma adaptação na instrução através do cuidado de P1 para se manter sempre no campo visual do aluno quando fala, para facilitar a leitura labial. O uso dessa adaptação pelos professores demonstra compreensão em relação às diferentes formas de aprendizado dos alunos e uma preocupação em relação ao processo de aprendizagem destes.

4.2.2 Adaptações no Espaço Físico

Munster (2013) compreende por adaptações no espaço físico as variações no ambiente das aulas que podem interferir na qualidade do processo ensino/aprendizagem e ressalta que muitas dessas adaptações só se tornam evidentes diante das dificuldades ou necessidades do aluno no momento da aula. Campos (2019) chama essas variações de adaptações no contexto da tarefa, que incluem variações no espaço físico e ambiente do jogo, como por exemplo baixar a rede ou alteração no número de jogadores, visando tornar o jogo possível para todos os alunos.

Dois dos professores entrevistados, P1 e P3, relataram fazer uso desse tipo de adaptação para um mesmo tipo de situação: aulas com alunos cadeirantes, em que esses alunos foram retirados da cadeira e colocados no chão para melhor poderem participar da aula. Podemos

observar isso na fala do professor P3: “ – *Essa do sentido, da pessoa que não tem movimento das pernas, tirar da cadeira e colocar no chão. Isso para mim é incluir.*” E também na fala de P1:

[...] por exemplo, um cadeirante. Vamos colocar o que é cadeirante, como fica um futebol por exemplo? [...] eu pergunto, quer jogar bola? Prefere um colchonete no chão ou na cadeira? Aí ele diz: - Pode ser no colchonete no chão professora? Aí ele senta no colchonete e jogamos.

Alves e Duarte (2013), ao questionarem alunos com deficiência física sobre o que faz com que esses alunos não se sintam incluídos, chegaram à conclusão que um dos fatores é a falta de adaptação do espaço físico para esses alunos, o que faz com que eles sintam que determinados espaços não são acessíveis para eles e, portanto, eles não devem estar ali. Quando o professor abre espaço para fazer as adaptações possíveis no espaço físico para melhorar a participação do aluno com deficiência nas atividades, está também contribuindo para o sentimento de pertencimento deste aluno em relação ao grupo.

Porém, fica evidente na fala de P3 que maiores adaptações no espaço físico não são necessárias por não haver demanda de aluno para elas, mas que se fossem necessárias as atividades ficariam limitadas pela estrutura do local: “– *A quadra não é adequada, é no sol, é chão, tem escada, não seria possível para um cadeirante.*”. Assim como ele, P2 também compartilha desse pensamento: “*Então quando você vai a um ambiente que não tem um local adequado para trabalhar, uma quadra coerente se torna um obstáculo para trabalhar e por isso tem sempre que ter o plano B ativo para as novas adaptações*”.

Assim se torna importante compartilhar da reflexão de Alves *et al* (2022) de que é necessário repensar os espaços onde ocorrem as aulas de Educação Física para não ficarmos limitados apenas às quadras esportivas, já que por vezes essas apresentam limitações de acessos aos estudantes com deficiência. Elas por si só não são capazes de excluir o aluno com deficiência das aulas, mas a cultura que elas representam: de que a Educação Física está limitada aos esportes, pode potencializar o sentimento de exclusão desses alunos. A Educação Física é repleta de possibilidades para além dos esportes coletivos e quadras esportivas e quando ficamos reféns desses ambientes podemos estar contribuindo para o processo de segregação dos estudantes com deficiência das aulas de Educação Física.

Desta forma, ao observar as falas dos professores em relação às adaptações no espaço físico podemos perceber que essas são utilizadas principalmente no trabalho com estudantes com deficiências físicas, com a intenção de buscar formas de tornar as atividades mais

acessíveis para esses alunos. Porém, também é possível observar que o espaço físico é visto como uma barreira por alguns professores que relatam que se tivessem alunos com deficiência física o acesso deles aos locais de prática de Educação Física, como as quadras esportivas, ficaria limitado. Nesse sentido, torna-se necessário repensar os espaços e as possibilidades da educação física para que nenhum aluno tenha sua participação limitada nas aulas de Educação Física por esse motivo.

4.2.3 Adaptações nas Regras

Com a intenção de deixar os jogos mais justos e aumentar a chance de participação do aluno com deficiência nos jogos coletivos, por vezes se fazem necessárias adaptações nas regras originais ou culturalmente pré-estabelecidas destes jogos (MUNSTER; 2013). Esse tipo de adaptação foi encontrado no discurso de dois dos três professores entrevistados. P3 traz na sua fala relatos do uso de regras específicas para o aluno com deficiência quando em jogos coletivos:

Uma vez estava fazendo com eles uma atividade chamada bola de fogo, que era uma dinâmica com todo mundo, então quando era a vez do [...] ele tinha uma regra específica para ele.

Assim como ele, P1 também relata uma situação semelhante sobre uma aluna com transtorno do espectro autista com estereotípias em um jogo coletivo com bola: “- *Como que entrega a bola para ela? Dá na mão dela! Se for entregar para você na mão, não pode! Eu vou dar falta. Por quê? Porque você consegue pegar uma bola a distância!*”.

As adaptações propostas por esses professores vão ao encontro com a fala de Campos (2019) que salienta que para haver equidade temos que estar cientes de que nem todos os alunos vão realizar a mesma atividade da mesma forma. Sendo assim, para incluir todos os alunos nas atividades é preciso compreender que é possível e necessário variar a forma de realizar a atividade, respeitando as individualidades dos alunos, mantendo os objetivos. P1 também traz uma questão importante de se analisar, em sua fala: “- *São 30 crianças, sempre tem regras adaptadas*”, deixa evidente que independente da deficiência, ao se lidar com crianças as adaptações nas regras são necessárias para o bom andamento da aula e para garantir a participação de todos. Essa fala vai ao encontro com o que Fiorini e Manzini (2016) dizem, que a adaptação das regras é uma necessidade na Educação Física mesmo em turmas que não

possuam alunos com deficiência e é uma estratégia importante para o sucesso das aulas já que possibilita uma maior participação dos alunos. Block e Davis (2016) complementam que os jogos competitivos com suas regras tradicionais vão ser interessantes para os alunos mais “habilidosos”, mas para a maioria dos alunos logo esses jogos se tornam frustrantes. Se para a maioria esses jogos já são difíceis, quando se trata de alunos com deficiência alguns professores de Educação Física logo assumem que não existe possibilidade de prática. Felizmente, muitos professores já usam de regras adaptadas para garantir a boa prática dos jogos entre todos os alunos, inclusive os alunos com deficiência. Os autores também sugerem que as seguintes questões norteadoras sejam respondidas para um melhor planejamento das adaptações nas regras: A modificação do jogo permite que o aluno com deficiência participe com sucesso e ainda assim seja desafiado? A modificação do jogo torna a configuração insegura para o aluno com deficiência ou para os demais colegas? A modificação do jogo afeta negativamente os pares sem deficiência? A modificação do jogo causa uma sobrecarga indevida para o professor de educação física?

Porém, é importante que o professor de Educação Física escolha com cuidado as adaptações a serem realizadas, pois ao mesmo tempo em que elas permitem uma participação mais efetiva do aluno com deficiência nas aulas, também podem expor ainda mais a sua deficiência fazendo com que o aluno sinta desconfortável (ALVES *et al*; 2022). Assim, vale lembrar o proposto por Munster (2013) de que as adaptações metodológicas devem ser utilizadas “sempre que” e “apenas quando” necessário. Ao longo da análise das entrevistas com os professores podemos observar que as adaptações nas regras são comuns e necessárias não somente para a inclusão dos alunos com deficiência, mas para uma participação justa para todos os alunos. Quando se trata dos alunos com deficiência, essas adaptações são necessárias tanto para os alunos com deficiência física quanto com deficiências intelectuais. Assim, compartilhamos da reflexão de Campos (2019) sobre a importância dos educadores desconstruírem a visão tradicional dos jogos e compreenderem que os jogos não são sagrados, mas crianças sim e é a necessidade delas que devem ser compreendidas e respeitadas.

4.2.1 Adaptações nos materiais

Munster (2013) compreende as adaptações nos materiais e os ajustes realizados nos equipamentos convencionais, de acordo com as necessidades do aluno, a fim de garantir um melhor desempenho na tarefa. Campos (2019) exemplifica que podem ser alterados as

dimensões, cores, textura do material, peso do objeto, entre outros. Na fala dos professores não foi possível observar nenhum relato que deixasse evidente adaptações nos materiais, porém algumas falas evidenciam que a falta de materiais adequados ou a quantidade deles pode ser uma barreira no processo inclusivo. Como relata P3:

Falta muitos recursos, falta muita coisa para eles serem incluídos de verdade na Educação Física, há falta de equipamentos, como andador e até bola para esses alunos, o pouco de equipamentos que a gente tem ainda conseguimos fazer mágica.

Alves e Duarte (2013) trazem a reflexão de que a falta de adaptações têm como consequência a não participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física, o que gera um isolamento social em relação ao restante da turma e sensação de inferioridade. Desta forma, apesar de não terem sido identificados relatos de adaptações nos materiais, julgamos importante apresentar que a ausência de materiais ou equipamentos adequados, na visão dos próprios professores, pode ser considerada como uma barreira na inclusão de alunos com deficiência nas aulas.

4.3 Estratégias pedagógicas para a participação dos estudantes com deficiência nas aulas de educação física escolar

Agora serão abordadas as estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores entrevistados com os alunos com deficiência, compreendendo por estratégia pedagógica as ações do professor em relação ao aluno ou aos recursos pedagógicos, sendo essa flexível e passível de ser adaptada conforme a necessidade do aluno (MANZINI; 2010).

4.3.1 Compreensão dos limites do aluno com deficiência para a participação nas aulas de Educação Física Escolar

Ao analisar as entrevistas fica evidente na fala dos professores algo que aqui optamos por chamar de compreensão dos limites do aluno com deficiência e que se refere à atitude dos professores de entenderem os limites e respeitar os desejos do aluno com deficiência em suas aulas, como nesta fala de P1:

Dou muita liberdade para eles escolherem o que é melhor pra eles, porque eu não tô na pele deles. Se o aluno chegar em mim e disser que hoje não quer, eu vou respeitar. Vou entender que alguma coisa aconteceu que ele não está bem.

Na fala do P2 é destacado o seguinte pensamento: “- *Eu já criei uma sensibilidade em relação a minha aluna, então eu sei quando ela está no limite, não quer mais participar, então a gente acaba*”, também é possível observar essa compreensão e além disto, também perceber que por já trabalhar a um tempo com a aluna, neste caso com transtorno do espectro autista, criou uma percepção sobre os limites dela e por vezes não necessita que a aluna manifeste a intenção de encerrar a atividade, o próprio professor encerra ao entender que a aluna atingiu seu limite.

Ramos (2019) em estudo com alunos com transtorno do espectro autista chama a atenção para a necessidade de estar atento aos sinais e as diversas manifestações de comunicação do aluno com transtorno do espectro autista, criar essa “sensibilidade”, como bem disse P2, para que os limites do aluno sejam respeitados, aumentando a sua autonomia e potencialidades. Nabeiro e Silva (2019) alertam que alunos com transtorno do espectro autista apresentam tempo de tolerância reduzido para determinadas atividades e que quando esse tempo é ultrapassado o aluno pode manifestar irritabilidade ou comportamentos agressivos, dessa forma, é importante que o professor conheça o tempo de tolerância de permanência na atividade do aluno para poder introduzir (elogios), mudar a atividade, realizar pausas para descanso ou encerrar a atividade quando necessário. P3 ressalta ainda que em alguns níveis de deficiência nem sempre há a participação destes nas aulas de Educação Física e que ele compreende esse limite e respeita a escolha dos alunos de não realizarem as atividades quando não querem participar: “- *Nos casos mais graves não é todo dia que esses alunos querem fazer aula, eu respeito essa parte deles*”. Mais do que somente compreender os limites do estudante com deficiência, alguns professores entendem que para uma participação mais efetiva desses estudantes é preciso ouvi-los e deixar que eles participem das escolhas das estratégias e recursos a serem utilizados em aula.

É o que podemos perceber nessa fala de P1:

Eu pergunto, - Quer jogar bola? E como quer, um colchonete no chão ou na cadeira? Aí ele diz: - Pode ser no colchonete no chão professor? Aí ele senta no colchonete e fica. Aí eu pergunto: - Quer sozinho, ou quer alguém contigo? - Ah professora, pode fulano ficar no gol comigo? - Pode!

Essa fala do P1 vai de acordo com o que propõem Block e Davis (2016) como princípio básico para a adaptação de jogos: Incluir os alunos com deficiência nas tomadas de decisões sobre as adaptações nos jogos e atividades. Os autores entendem que as experiências passadas fornecem aos alunos com deficiência base para conhecer melhor quais as adaptações que atendam melhor às suas necessidades e devem ter voz nas modificações que afetaram a sua participação. Onesti (2019), ao investigar a percepção de professores sobre a Educação Inclusiva, conclui que para uma inclusão eficaz é necessário que os professores estejam comprometidos com o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças, respeitando as diferenças, os limites e as diferentes formas e tempos de aprender.

Neste sentido, ao analisarmos as falas dos professores de Educação Física é possível perceber a necessidade de um olhar atento e sensível sobre os limites do aluno com deficiência nas aulas e ao respeito às particularidades e vontades destes alunos parece aumentar a chance de adesão nas aulas. A educação inclusiva exige professores que estejam abertos a ouvir, discutir e refletir com os estudantes com deficiência como incentivar seu aprendizado e a sua participação nas aulas de educação física (ALVES *et al*; 2022). Por isso, destaca-se a importância de dar oportunidade para que o estudante com deficiência seja ativo nas escolhas que envolvem a sua participação nas aulas. Essas compreensões são importantes para a efetivação do processo inclusivo, tendo em vista que o professor é um agente potencializador deste processo.

4.3.2 Atividades abertas ou separadas? Um olhar sobre as escolhas inclusivas

Na literatura há uma dificuldade dos professores de Educação Física em definir quais seriam os melhores tipos de atividades para incluir os alunos com deficiência nas aulas. Para essa análise utilizamos o modelo de Black (2011) relatado por Campos (2019): o Espectro da Inclusão, que define as atividades em cinco níveis, sendo o nível 1 o mais ideal e o nível 5 o menos ideal do ponto de vista da educação inclusiva. Segundo Black (2011):

- Nível 1: Atividades Abertas: Atividades onde todo o grupo consegue participar, sem necessidade de adaptações ou com adaptações mínimas.
- Nível 2: Atividades Modificadas: Mesma atividade para todos, porém com adaptações para manter o nível de desafio similar para todos.

- Nível 3: Atividades Paralelas: O grupo é subdividido em pequenos grupos de acordo com nível de desempenho dos participantes.
- Nível 4: Atividades Separadas: Tarefas alternativas específicas para alguns participantes.
- Nível 5: Atividades de Esporte Adaptado: Atividades que envolvam a prática de algum esporte adaptado.

Ao analisar as entrevistas foi possível observar que apenas P1 e P3 fizeram relatos de Atividades Abertas, como fica evidente neste trecho de P1: “- *Eu faço para todos juntos, não faço nada específico para eles. Faço para todos juntos e eles vão do jeito que conseguem.*”.

P3 também relata planejar suas aulas nessa perspectiva:

A minha metodologia é assim, se fizer uma brincadeira, por exemplo, de roda com toda a turma, eu coloco eles na roda e eles participam. [...] Eu não faço atividade exclusiva para eles, porque aí eu não vou estar incluindo. [...] A minha metodologia é única, a aula que eu preparo para a minha turma eu preparo para toda a turma.

Todos os professores relataram realizar atividades aqui classificadas como Atividades Modificadas, realizando um planejamento comum para todos os alunos e fazendo apenas adaptações conforme a necessidade dos alunos com deficiência.

Alves *et al.* (2022) alerta que as atividades abertas ou modificadas, que em seu estudo são chamadas de “aulas normais”, são realizadas dessa forma pois ao planejarem as aulas alguns professores consideram somente a participação dos estudantes sem deficiência, não realizando um planejamento de atividades que os estudantes com deficiência possam participar sem adaptações e quando se deparam com um estudante com deficiência nessas aulas apenas deixam que ele participe “da forma que consegue” ou fazem as adaptações conforme a demanda surge. Nenhum dos professores entrevistados mencionaram a realização de atividades que pudessem ser classificadas como Atividades Paralelas. Somente que relataram utilizar atividades separadas com os alunos com deficiência em situações distintas. P1 relatou que já possuiu um aluno em específico que se recusava a realizar as atividades com grupo e realizava na maior parte das vezes atividades separadas: “-*Já tive um caso de autismo que ele ia pra quadra, e escolhia a bola que ele queria, ele não interagia, não fazia aula junto com os outros alunos.*”. P3 também relatou utilizar das atividades separadas em situações em que algum dos alunos com deficiência não quer participar da atividade comum:

Aplico a atividade para os alunos e fico com ele (aluno com deficiência) estimulando ele a fazer outra atividade comigo na quadra, para ver se eu trago ele pra mim. Porque se eu deixar simplesmente eles de lado pode piorar.

De acordo com Black (2011), apesar de atividades que envolvam esporte adaptado estar no nível menos ideal do seu modelo por ressaltar as diferenças dos alunos, elas ainda são interessantes de serem trabalhadas para que os alunos possam ter contato com modalidades diferentes nas quais os alunos com deficiência possam ser modelos de um bom desempenho. Costa e Souza (2004) também alertam que ao inserirmos o esporte adaptado para toda a turma estamos auxiliando a remover o seu caráter segregacionista, de esporte que só pode ser praticado entre pessoas com deficiência, e oportunizando para todos os alunos reflexões sobre a deficiência.

Assim, é possível observar com essa pesquisa especialmente para este TCC, que a maior parte dos professores utilizam atividades abertas e atividades modificadas para inserir seus alunos com deficiência em suas aulas. Os professores relataram realizar um planejamento comum, com o mesmo conteúdo e objetivos para todos os alunos, fazendo modificações quando necessário para que os estudantes com deficiência possam participar dessas aulas. Apenas dois dos professores sentem a necessidade de realizar atividades separadas para os alunos com deficiência, em um dos casos com um aluno com transtorno do espectro autista com dificuldade de socialização e em outro caso em momentos pontuais quando o estudante não se sente confortável para realizar a atividade com o restante do grupo. Em ambos os casos vale destacar algo já discutido em um capítulo anterior, o respeito e compreensão aos limites do estudante com deficiência.

Além disso, todos os professores relataram incluir em seu planejamento o contato com esportes adaptados, o que, quando em momentos pontuais, pode ser muito proveitoso para que os alunos sem deficiência tenham contato com uma modalidade nova e também para que os com deficiência consigam perceber suas potencialidades.

4.3.4 Ensino Colaborativo

Uma das estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas pelos professores de Educação Física que busquem o sucesso da inclusão do aluno com deficiência é o ensino colaborativo, uma parceria dos professores regulares com os professores do atendimento educacional especializado e professores auxiliares que buscam definir as melhores adaptações

metodológicas, recursos pedagógicos entre outras estratégias que visem à melhor participação do aluno com deficiência das aulas. Essa parceria pode ser através de uma consultoria fora da sala de aula ou até mesmo a participação ativa destes no ambiente das aulas (DINIZ, *et al*; 2019). Todos os três professores entrevistados relataram fazer uso do trabalho colaborativo, tanto com os professores do AEE para tirar dúvidas e receber sugestões de como encaminhar a aula da melhor forma possível. Carvalho, Costa e Dias (2018), estabelecem três etapas para um trabalho colaborativo bem alinhado: Definição do dia, horário, local e objetivos do planejamento; elaboração de um plano de trabalho colaborativo e; execução, alinhamento, reflexão e avaliação do plano de trabalho colaborativo. Segundo os autores, essas três etapas seriam fundamentais para um trabalho colaborativo alinhado com a inclusão escolar, mas ressaltam a dificuldade de que todos os profissionais estejam abertos a isso.

Pinto (2016), apesar de realizarem parcialmente estratégias de ensino colaborativo, os professores não têm total conhecimento e compreensão acerca do que é o ensino colaborativo, seus conceitos e todo seu potencial. Outra estratégia dentro do ensino colaborativo é utilizar colegas de sala sem deficiência, da mesma idade ou mais velhos, para fornecer um suporte aos alunos com deficiência nas aulas (DINIZ, *et al*; 2019). De acordo com Souza (2008), essa estratégia de ensino colaborativo se chama tutoria ou colega tutor, onde um aluno sem deficiência é designado para auxiliar o aluno com deficiência. Essa estratégia surge como uma alternativa bastante viável quando temos dificuldade em incluir um aluno com deficiência e essa interação apresenta benefícios para ambos os envolvidos.

Na análise das entrevistas foi possível observar que todos os professores relataram contar com os demais colegas de turma para fornecer ajuda aos alunos com deficiência, como é o caso de P3: “ – *A gente já fazia uma estratégia de eles me ajudarem a cuidar dele (aluno com síndrome de Down que “fugia” da escola).*” E de P2: “ - *Os outros alunos, abraçam a causa e tem muito respeito por esses alunos. A turma ajuda muito, eles abraçam, acolhem. Para mim, o que ajuda são os próprios colegas de sala*”.

O trabalho colaborativo entre os alunos com e sem deficiência aumenta as chances de socialização e sucesso pedagógico não só do aluno com deficiência, mas de toda a turma, possibilitando novas formas de pensar, agir e solucionar situações adversas (SANTOS; MATOS; SANTOS; 2020).

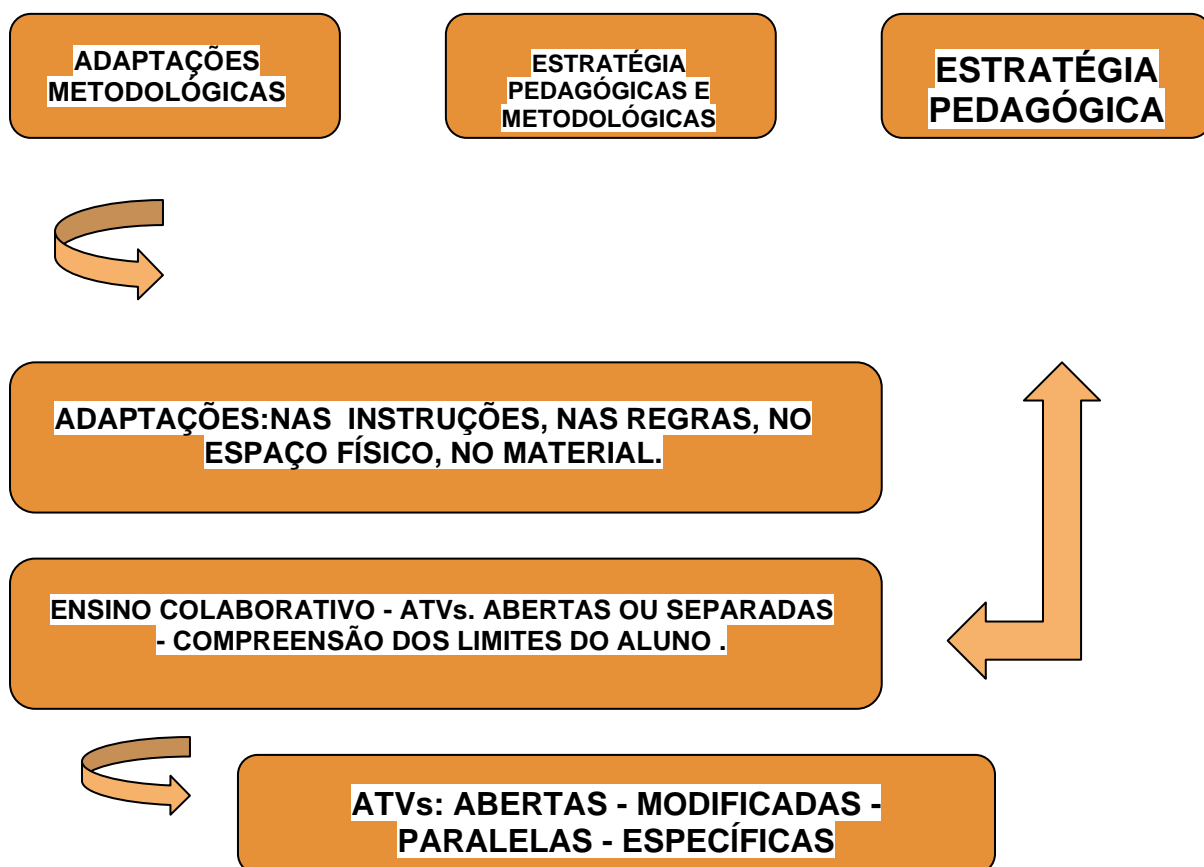
Pinto (2016) relembra que a inclusão é um processo completo e que não deve ficar sob responsabilidade de apenas um professor, o compartilhamento de saberes e vivências entre os profissionais ampliam as alternativas viáveis para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos, com oportunidades iguais. Assim pudemos observar os relatos dos

professores em relação ao que conceituamos aqui por ensino colaborativo. Apesar de em momento algum mencionarem esse termo, as estratégias relatadas pelos professores de colaboração com os professores do atendimento educacional especializado e professores auxiliares deixa evidente que esse trabalho é importante para uma melhor participação do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física. Além disso, as falas dos professores acerca da colaboração entre os alunos sem deficiência com os alunos com deficiência também pode ser caracterizada como uma estratégia de ensino colaborativo. Muito além de somente beneficiar o estudante com deficiência, vale a pena destacar que outros envolvidos no processo do ensino colaborativo, professores e alunos sem deficiência, também são beneficiados por essa estratégia, já que além do enriquecimento pessoal que a troca de conhecimento e vivências com outras pessoas proporciona, poder compartilhar a responsabilidade de ser agente potencializador do processo inclusivo também é importante.

4.4. Mapas conceituais

Como proveito deste estudo, apresento a seguir um mapa conceitual (FIGURA 1) baseado nos resultados obtidos na análise nas entrevistas. O mapa apresenta todas as estratégias relatadas pelos professores. Tem como objetivo aumentar conhecimentos acerca das estratégias pedagógicas e metodológicas possíveis dentro da Educação Física inclusiva. Com isto será possível contribuir com a inclusão dos estudantes com deficiência matriculados nas Escolas Estaduais de Nepomuceno - MG.

FIGURA 1 – MAPA CONCEITUAL



CONCLUSÃO

Diversas são as estratégias pedagógicas e metodológicas utilizadas pelos professores de Educação Física das Escolas Estaduais de Nepomuceno - MG, para a inclusão de estudantes com deficiência nas aulas de Educação Física escolar. Percebe-se na fala dos professores, o uso de adaptações em elementos pontuais, como: espaço físico, instruções e regras. Sendo as adaptações no espaço físico mais realizadas quando na presença de alunos com deficiência física, as adaptações na instrução muito utilizadas com alunos com transtorno do espectro autista e deficiências intelectual e as adaptações nas regras utilizadas com todos os alunos com deficiência e além disto, com alunos sem deficiência também.

As adaptações nos equipamentos e materiais não foram observadas na fala dos professores, porém a ausência ou insuficiência de materiais foi apontada por estes como uma barreira no processo inclusivo. Além disso, também foi possível observar estratégias pedagógicas como: o ensino colaborativo, por meio do trabalho com professores do atendimento educacional especializado, professores auxiliares e também alunos sem deficiência.

A participação do estudante com deficiência nas decisões em estratégias de participação e a compreensão dos diferentes limites foram pontos também destacados. Essas abordagens parecem demonstrar que os professores possuem interesse em fazer do processo inclusivo uma realidade e estão preocupados com o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência presentes em suas turmas. Porém, apesar de fazerem uso de estratégias já bem observadas e defendidas na literatura por diversos autores, um ponto que chama a atenção na fala dos professores é a ausência de um planejamento acerca dessas adaptações ou estratégias, a maior parte do que é utilizado por eles parece ser escolhido de forma intuitiva, baseado em conhecimento empírico.

Apesar do número limitado de participantes neste estudo, fica evidente a necessidade de munir os professores da Educação Física Escolar com informação de qualidade sobre a temática da inclusão, para que estes não fiquem apenas na dependência de suas próprias vivências e experiências. Neste sentido, elaboramos um mapa conceitual com todas as estratégias observadas na fala dos professores. Esperamos que com o passar do tempo e da necessidade urgente possa ampliar o conhecimento dos professores sobre as estratégias possíveis dentro da Educação Física Escolar e despertar o interesse de mais pesquisadores pela temática que possam contribuir para a formação de professores cada vez mais engajados na

inclusão de estudantes com deficiência e que compreendam seu papel de agente potencializador da inclusão.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, João Serapião de; DUARTE, Édison. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: um estudo na área da educação física. **Rev. Bras. Ed. Esp**, Marília, v. 11, n. 2, p. 223-240, ago. 2005.

ALVES, Maria Luíza Tanure et al. 'I didn't do anything, I just watched': perspectives of Brazilian students with physical disabilities toward physical education. **International Journal Of Inclusive Education**, Abingdon, v. 24, n. 10, p. 1129-1142, 17 ago. 2018.

ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. A exclusão nas aulas de Educação Física: fatores associados à participação de alunos com deficiência. **Movimento**, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 117-137, mar. 2013.

ALVES, Maria Luíza Tanure; FIORINI, Maria Luíza Salzani. Como promover a inclusão nas aulas de educação física? A adaptação como caminho. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 19, n. 1, p. 3-16, 8 jul. 2018.

ALVES, Maria Luíza Tanure; VAN MUNSTER, Mey A.; ALVES, Isabella dos Santos; SOUZA, Joslei Viana de. The 'normal' physical education classes: the ableism facing the inclusion of disabled students. **Disability & Society**, Abingdon, v.37, n. 4, p. 1-16, 6 maio de 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEZERRA, A. F. S. Estratégias para o ensino inclusivo de alunos com deficiência nas aulas de educação física. 2010. 108f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

BLACK, Ken. Coaching Disabled Children. In: BLACK, Ken. **Coaching Children in Sport**. London: Routledge, 2011. p. 192-212.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Dados do Censo Escolar, 2017.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasiliano; SILVA, Rita de Fátima da; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. Inclusão na Educação Física escolar: estudo da tríade acessibilidade-conteúdos-attitudes. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, p. 144- 161, 8 dez. 2017.

CARVALHO, Tereza Cristina de; COSTA, Camila Rodrigues; DIAS, Sabrina Alves. Três etapas necessárias para a realização do trabalho colaborativo na escola. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 126-144, ago. 2018.

CASTRO, Mariana Oliveira Rabelo de; TELLES, Silvio de Cassio Costa. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física em escolas públicas regulares do Brasil: uma revisão sistemática de literatura. **Motrivência**, Florianópolis, v. 32, n. 62, p. 01-20, 3 jun. 2020.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. ANÁLISE DE CONTEÚDO: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade: Estudo**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, abr. 2014.

COSTA, Alberto Martins de; SOUSA, Sônia Bertoni. EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE ADAPTADO: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século xxi. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio de 2004.

COSTA, Camila de Moura; VAN MUNSTER, Mey de Abreu. Adaptações Curriculares nas Aulas de Educação Física Envolvendo Estudantes com Deficiência Visual. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília**, v. 23, n. 3, p. 361-376, set. 2017.

DINIZ, Elizângela Fernandes Ferreira Santos et al. CORPO, DEFICIÊNCIA E ESCOLA: a educação física escolar em contexto. **Ideias & Inovação**, Aracaju, v. 5, n. 2, p. 133-144, 2019.

FERREIRA, Natasha Reis; RANIERI, Leandro Penna. O uso da tecnologia assistiva por professores de educação física. **Revista Eletrônica de Educação**, [S.L.], v. 10, n. 3, p. 215-229, 30 nov. 2016 .

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Estratégias de Professores de Educação Física para Promover a Participação de Alunos com Deficiência Auditiva nas Aulas. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília**, v. 24, n. 2, p. 183-198, abr. 2018.

FIORINI, Maria Luiza Salzani; MANZINI, Eduardo José. Inclusão de alunos com deficiência na aula de educação física: identificando dificuldades, ações e conteúdos para prover a formação do professor. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília**, v. 20, n. 3, p. 387-404, set. 2014.

FONSECA, Michele Pereira de Souza da. FORMAÇÃO DOCENTE EM EDUCAÇÃO FÍSICA NA E PARA PERSPECTIVA INCLUSIVA. **Revistaleph**, Rio de Janeiro, n. especial, p. 42-74, 20 jul. 2021.

GATTI, Melina Radaelli; MUNSTER, Mey de Abreu Van. Caderno do Professor: Subsídios para a Inclusão na Educação Física Escolar? **Revista da Sobama**, Rio Claro, v. 13, n.2, p. 13-17, dez. 2012.

GREGUOL, Marcia; MALAGODI, Bruno Marson; CARRARO, Attilio. Inclusão de Alunos com Deficiência nas Aulas de Educação Física: atitudes de professores nas escolas regulares 1. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília**, v. 24, n. 1, p. 33-44, mar. 2018.

guidetoadaptedphysicaleducation. Paul H. BrookesPublishing., 2016. P.138-153.

HEREDERO, Eladio Sebastian. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 32, n. 2, p. 193- 208, dez. 2010.

HEREDERO, Eladio Sebastian. Diretrizes para o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 733- 768, out. 2020.

HUTZLER, Yeshayahu; MEIER, Stefan; REUKER, Sabine; ZITOMER, Michelle. Attitudesand self-efficacyofphysicaleducationteacherstowardinclusionofchildrenwithdisabilities: a narrativereviewofinternationalliterature. **PhysicalEducationAnd Sport Pedagogy**, Abingdon, v. 24, n. 3, p. 249-266, 28 Jan. 2019.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães; REBELO, Andressa Santos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, p. 1-19, 2019.

MANZINI, E. J.; DELIBERATO, D. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Especial. Portal de ajudas técnicas para a educação: equipamento e material pedagógico para educação, capacitação e recreação da pessoa com deficiência física – recursos pedagógicos II. Brasília, 2007.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize; TEIXEIRA, Alex Niche. ANÁLISES QUALITATIVAS NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS: as vantagens no uso do software nvivo®. **Alcance**, [s. l], v. 23, n. 4, p. 578-587, dez. 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4777/477749961009/477749961009.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

MUNSTER, Mey de Abreu Van. Inclusão de Estudantes com Deficiências em Programas de Educação Física: adaptações curriculares e metodológicas. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 14, n. 2, p. 27-34, dez. 2013.

MUNSTER, Mey de Abreu Van; ALVES, Maria Luiza Tanure. EDUCAÇÃO FÍSICA EDUCAÇÃO FÍSICA E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIAS NO BRASIL. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada**, Marília, v. 19, n. 2, p. 171-184, 22 fev. 2019.

NABEIRO, M.; SILVA, F. C. T. Atividade física e transtorno do espectro autista. In: Márcia Greguol; Roberto Fernandes da Costa. (Org.). Atividade Física Adaptada: qualidade de vida para pessoas com necessidades especiais. 4ed.Barueri: Manole, 2019, p. 97-122.

PINTO, Marília Garcia. **ENSINO COLABORATIVO**: uma estratégia pedagógica para a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física. 2016. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

PIROLO, Cassia Cristina Bordini; VITALIANO, Celia Regina; GOMES, Nilton Munhoz. DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

PARA INCLUIR ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: um estudo bibliográfico. **Revista Pensar A Prática**, Goiânia, v. 24, p. 01-21, fev. 2021.

PLETSCH, Márcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de; ORLEANS, Luis Fernando. A diferenciação curricular e o desenho universal na aprendizagem como princípios para a inclusão escolar. **Educação e Cultura Contemporânea**, v. 14, n. 35, p. 364-281, 2017.

RAMOS, Ana Carolina Ribeiro. **O AUTISMO PELA ÓTICA DA DIFERENÇA**: respeito às singularidades nos processos de construção do conhecimento. 2019. 51 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

RAMOS, Valmor *et al.* Autopercepção de Competência Pedagógica de Professores de Educação Física no Ensino Inclusivo. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 123-134, 30 jun. 2013.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Para uma Educação Inclusiva: manual de apoio à prática. **Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE)**. 2018.

RODRIGUES, Irene Elias; FERREIRA, Samara de Farias Fernandes. A Prática Pedagógica do Professor de educação física em um ambiente escolar inclusivo. **Revista da Sobama**, Marília, v. 10, n. 1, p. 33-38, jan. 2013. Semestral.

SANTOS, Francianne Farias dos; MATOS, Maria Almerinda de Souza; SANTOS, João Otacilio Libardoni dos. Fatores potencializadores e/ou dificultadores do processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. **Educação**, [S.L.], v. 45, p. 1-25, 21 dez. 2020.

SANTOS, Francianne Farias dos; MATOS, Maria Almerinda de Souza; SANTOS, João Otacilio Libardoni dos. Fatores potencializadores ou dificultadores do processo de inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física. **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. 1-25, 21 dez. 2020.

SCHLIEMANN, André; ALVES, Maria Luíza Tanure; DUARTE, Edison. Educação física inclusiva e autismo. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 34, p. 77-86, 31 jul. 2020.

SEABRA JÚNIOR, L. Inclusão, necessidades especiais e Educação Física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar. 2006. 119f. **Dissertação** (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

SILVA NETO, Antenor de Oliveira; ÁVILA, Éverton Gonçalves; SALES, Tamara Regina Reis; AMORIM, Simone Silveira; NUNES, Andréa Karla Ferreira; SANTOS, Vera Maria. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81, 11 mar. 2018.

SOUZA, Joslei Viana de. **TUTORIA**: estratégias de ensino para inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. 2008. 155 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

TAUNTON, Sally A.; BRIAN, Ali; TRUE, Larissa. Universally Designed Motor Skill Intervention for Children with and without Disabilities. **Journal Of Developmental And Physical Disabilities**, v. 29, n. 6, p. 941-954, 22 ago. 2017.